



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DAS POSSIBILIDADES PARA A REALIDADE

Andreza Fedalto<sup>1</sup>

Vanessa Souza Matias<sup>2</sup>

Andréia Firmino Gonçalves<sup>3</sup>

Sainara Souza Alves<sup>4</sup>

Daniele da Silva de Lima<sup>5</sup>

Maria José Martins Galvão<sup>6</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o trabalho do Serviço Social na educação, a partir do estudo de caso de capacitação de professores para a identificação e notificação de violências contra crianças e adolescentes nas escolas. Para isto, usou-se de pesquisa bibliográfica e de campo. Como resultado, tem-se que o assistente social pode ser um mediador na educação possibilitando a articulação dos diversos atores da rede socioassistencial e intersetorial.

**Palavras-chave:** Serviço Social na escola. Educação. Rede intersetorial.

**Abstract:** This article aims to present the research of the social work in education, based on the case study of teacher training for the identification and notification of violence against children and adolescents in schools. For this, we used bibliographical and field research. As a result, it is possible that the social worker can be a mediator in education enabling the articulation of the various actors of the social-assistance and intersectoral network.

**Keywords:** Social Work at school. Education. Intersectoral network.

### 1 INTRODUÇÃO

O contexto socioeconômico da mundialização da economia e do capital financeiro, onde as empresas industriais associaram-se com instituições financeiras e instauraram o fetiche das finanças, desencadeou a desassociação dos lucros da produção direta e conseqüentemente do trabalhador. Assim, a dinâmica da sociedade passou a submeter-se às exigências do mercado com o predomínio do capital fetiche, o que conduziu, “[...] à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro” (IAMAMOTO, 2011, p.125), trazendo a barbárie social e a naturalização da violência como novas

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Fametro, E-mail: danielelimassocial@hotmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Fametro, E-mail: danielelimassocial@hotmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Fametro, E-mail: danielelimassocial@hotmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Fametro, E-mail: danielelimassocial@hotmail.com.

<sup>5</sup> Professor com formação em Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social 3ª região, E-mail: danielelimassocial@hotmail.com.

<sup>6</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Ceará, E-mail: danielelimassocial@hotmail.com.

configurações da questão social. A questão social é entendida por Iamamoto (2011, p. 156, grifos da autora) como,

[...] o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma *arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2011, p. 156, grifos originais).

Podemos afirmar que uma das consequências desse contexto tenso, marcado por atos de violação de direitos e pela desumanização dos sujeitos, é a violência crescente que vem atingindo um público cada vez mais jovem. O cenário do Estado do Ceará mostra-se alarmante nessa questão, evidenciando, segundo o relatório “Cada Vida Importa”, desenvolvido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), que “no primeiro semestre de 2018, 514 meninos e meninas foram mortos violentamente no Estado” (CCPHA, 2018) - alguns com práticas de tortura e excessiva crueldade. Com base no referido relatório, gestores públicos e da sociedade civil mobilizaram-se para desenvolver ações de prevenção e enfrentamento à violência, e em especial contra crianças e adolescentes.

Uma das ações propostas foi realizada junto à Secretaria da Educação do Estado (Seduc) e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor), para que houvesse o cumprimento da Lei nº13.230/2002, que dispõe sobre a criação de comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes da rede de educação (CEARÁ, 2002).

A Visão Mundial é uma organização não governamental com vasto trabalho junto aos direitos humanos, e em especial, no campo de proteção e educação com crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidades, toma frente neste processo. Esse trabalho surge, imerso no contexto das novas configurações da questão social, em que a educação possui um papel significativo no enfrentamento das desigualdades sociais.

O horizonte de nossa pesquisa é apresentar possibilidades reais de atuação do serviço social na educação, trazendo uma discussão fundamental e necessária para toda a sociedade. Tem como objetivo apresentar o trabalho do serviço social na educação, a partir do estudo de caso de “capacitação de professores para a identificação e notificação de violências contra crianças e adolescentes nas escolas”. A discussão está estruturada da seguinte forma: introdução, desenvolvimento/percurso metodológico, apresentação de resultados e considerações finais.

A presente pesquisa é fruto da atividade da disciplina de Práticas Interdisciplinares, fundamentando-se na proposta curricular do nosso curso, o qual define como princípios formativos:

Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais” (Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social/ FAMETRO, 2010, p. 10).

Vale mencionar que tais princípios encontram-se em sintonia com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), construída dentro de uma perspectiva crítica que propõe um projeto de formação e atuação profissional profundamente vinculados às demandas da realidade brasileira e articulado na defesa e afirmação de direitos sociais e políticos.

## **2 EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL**

Pensar o serviço social na educação vem dos primórdios de sua atuação profissional quando uma das “requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessária às condições de reprodução do capital” (CFESS, 2011, p. 15-16). Estas demandas não se limitavam a estabelecimentos tradicionais, como na educação formal, mas também em outras formas de educação.

O trabalho do assistente social na educação, assim como, seu fazer profissional nos vários espaços da sociedade, arquitetava-se seguindo princípios éticos e políticos presentes no Código de Ética Profissional de 1993, bem como em outros aparatos legais que direcionam sua atuação diante das demandas que lhes são impostas nos campos de trabalho, entre eles, o da educação.

Para Freire (2019), a educação pode apresentar-se em uma concepção “bancária” onde o educando recebe, guarda e arquiva narrativas alienadas com a proposição de fazer sua domesticação/dominação. Neste contexto, também é possível apresentar a concepção de violência simbólica, que é exercida sobre um agente social e com a sua cumplicidade, em um jogo de poder e dominação. Este tema foi discutido por Pierre Bourdieu em “Escritos de Educação”, organizado por Nogueira e Catani (2007), que mostra em estudos

feitos no sistema escolar francês que a escola impõe uma cultura, um modo de ser e pensar em detrimento de outros, sem dar aos alunos a liberdade de se expressarem ou pensarem por si.

Sendo assim, a violência simbólica/ poder simbólico se apresenta pela fabricação contínua de crenças que se estruturam no processo de socialização dos sujeitos, induzindo o indivíduo a se posicionar segundo critérios e padrões de discurso dominante (SILVA; OLIVEIRA, 2017). Para Paro (2010) na sociedade podemos nos deparar com três tipos de poder, que são: coerção, manipulação e persuasão, estabelecendo relações conflituosas (coerção e manipulação), ou não (persuasão), entre aqueles que detém o poder e aqueles que são objetos dele.

A sociedade do capital só se sustenta neste processo, com narrativas orientadas para o mercado, e que converte pessoas e seu trabalho em coisas com valor de troca. Este processo de alienação tem nas escolas um forte aliado, não se limitando unicamente a ela.

De forma dialética, a escola também é capaz de dar discernimento para que este indivíduo perceba quando está sendo vítima e assim tornar-se um ator social em luta contra a imposição da sociedade, pois a “educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2019), tem caráter reflexivo, com o intuito de desvelar a realidade em uma concepção histórica e protagonizada por sujeitos políticos. Esta é a concepção de educação que está em sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social, uma educação entendida como um complexo que forma as dimensões da vida social com a capacidade de humanizar.

O trabalho do assistente social deve ser considerado como um processo inscrito em um contexto sócio-histórico, onde os profissionais têm uma herança cultural, uma bagagem teórica, técnica e de valores éticos, recursos essenciais para que o assistente social possa decifrar a realidade. O conhecimento, neste contexto, é um meio de trabalho, sendo uma de suas bases para imprimir os rumos de sua ação. Seu trabalho tem objetividade social, e não pode ser realizado de forma isolada, mas como parte de um trabalho combinado ou coletivo (IAMAMOTO, 2005).

O trabalho desenvolvido pelo assistente social na educação deve afirmar-se na concepção crítica trazida pelo projeto ético-político da categoria, tendo a questão social como seu objeto de intervenção. Em material elaborado pelo CFESS (2011), sobre a atuação do assistente social na educação, temos como possibilidades: garantir o acesso e permanência à educação escolarizadas junto à assistência estudantil, garantir uma gestão democrática e de qualidade numa perspectiva de totalidade, desenvolver trabalhos junto às famílias e aos trabalhadores das escolas nas instâncias de controle social e movimentos sociais, desenvolver ações coletivas administrativo-organizacional, de investigação, de

articulação, de formação e capacitação, sempre tendo em mente uma educação que contribua para a emancipação humana.

O artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e de campo, com uso de entrevista semiestruturada, tendo como instrumentos de coleta de dados: roteiro de entrevista (aplicado com profissional de Serviço Social que trabalha na instituição Visão Mundial), assim como, observação simples a partir da participação em atividades desenvolvidas com escolas pela instituição, articulando o material coletado com as três dimensões essenciais da categoria: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, visando com esta experiência conhecer o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na educação.

### **3 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA NA ONG VISÃO MUNDIAL**

Segundo Yamamoto (2005), as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo são fundamentais e complementares entre si para a atuação do profissional, é com esta concepção que será apresentado os dados coletados na pesquisa de campo.

Dá-se início com o perfil biográfico da assistente social. A profissional entrevistada concluiu graduação em Serviço Social no ano de 1998, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), possui especialização na área de enfrentamento a violência doméstica contra a criança e o adolescente, pela Universidade de São Paulo. Atua como assessora de projetos na ONG Visão Mundial, através de contrato de trabalho CLT, há 17 anos. Participa do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), como representante titular pela entidade que trabalha. Sua atuação profissional sempre esteve vinculada ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e com a educação.

Quanto à dimensão técnico-operativo, seu fazer profissional, está voltado na resolutiva de demandas apresentadas em nível imediato, que estão postas no cotidiano profissional, com finalidade e direção social. Por isto, se faz necessário que as três dimensões não sejam isoladas, este fazer profissional deve partir de uma teoria histórico-crítica e sem se distanciar de um conteúdo político (IAMAMOTO, 2005). Entende-se que por ter direção social, o trabalho do assistente social precisa de uma atuação multidisciplinar agindo juntamente com diferentes atores da rede intersetorial da educação.

Quando a profissional foi questionada sobre como se desenvolve seu trabalho, ela explicou que hoje 80% do seu tempo vai para projetos sociais e 20% dedica-se a dimensão política, fazendo parte do CEDCA, em acompanhamento dos casos de violação de direitos e incidência política como um todo.

O projeto atual realizado pelo Serviço Social encontra-se na implementação de comissões de proteção e prevenção às violências nas escolas, este trabalho é desenvolvido junto a Secretaria de Educação do município de Fortaleza, capacitando professores e posteriormente em sua implementação e no auxílio dos planos de ação para a prevenção às violências. Cada escola desenvolve seu próprio instrumental para as notificações e acompanhamento dos casos. Esta foi uma conquista para que se faça valer o Art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069/1990 - ECA), que apresenta que o professor, assim como profissionais da área da saúde, devem notificar casos de violência contra crianças e adolescentes que venham a tomar conhecimento, e da Lei estadual de nº13.230, de 27 de junho de 2002, que discorre sobre as comissões de proteção nas escolas.

Com este embasamento, houve uma mobilização através de um fórum de organizações, que levou para o CEDECA a reivindicação para que a lei fosse cumprida. O Ministério Público acatou esta reivindicação, pois relatórios mostravam altos índices de mortes de jovens, adolescentes e crianças do Ceará. Como a Visão Mundial possui vasta trajetória com trabalhos na proteção da infância foi possível colocar em prática este trabalho como uma dimensão possível para atuação profissional do assistente social no âmbito da educação.

Na Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996) afirma que a educação nacional tem inspiração nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, sendo sua finalidade o pleno desenvolvimento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. A LDB (1996) também cita que deve haver integração da sociedade com a escola e assim promover nos educandos o fortalecimento dos vínculos familiares.

Este é um local privilegiado para a categoria, que tem embasamento teórico-metodológico na teoria social crítica, chegando a uma leitura da totalidade do que a escola vem a ser, em uma perspectiva mais ampla. Os professores possuem sua formação mais direcionada para o ensino específico da disciplina que ofertam, possuindo uma demanda própria em suas atribuições de ensino e se veem em constante pressão para atingirem suas metas. Para a escola chegar em sua integralidade e ser um espaço de proteção das crianças e adolescentes, deve ter seu quadro de profissionais ampliado com a presença de assistentes sociais.

O trabalho desenvolvido nas escolas é de capacitação, formação, orientação e articulação da rede intersetorial, que envolve as políticas setoriais, na linha de prevenção, acompanhamento e da articulação da rede. A profissional relata que após o treinamento, as escolas passam a notificar os casos, pois antes, mesmo que o professor identificasse a

violência, não sabia fazer a notificação, havia falta de conhecimento sobre a rede e alguns acreditavam em sua inexistência.

A capacitação realizada com os professores aborda temas relevantes como: violência doméstica; trabalho infantil; prevenção ao suicídio; questões de gênero; conselho tutelar e rede sociojurídica; programas de saúde na escola; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Rede Aquarela<sup>7</sup>; trajetória da educação brasileira; Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como ensina como se faz a notificação. A formação é ministrada por profissionais de diversas áreas, como promotores, psicólogos, assistente social, pedagogos e tem como objetivo articular os diversos atores da rede intersetorial, sendo este um dos papéis do serviço social.

Nesse sentido, o intuito do projeto não é fazer o atendimento direto, e sim seu acompanhamento na rede. Em conformidade com a Lei nº13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, há uma preocupação em evitar a revitimização da criança, o que reforça a importância que o professor saiba fazer a notificação. O acompanhamento do seu trabalho é feito através de um plano de indicadores de resultados, como pelo número de casos que são encaminhados após o treinamento, ou número de reuniões que são realizadas.

Para Netto (1999, p. 95), os projetos profissionais e ético-político do Serviço Social brasileiro, representam “a auto imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício”. Nessa direção, a profissional destaca que o princípio fundamental do Código de Ética Profissional (1993) que ela mais se identifica em seu cotidiano de trabalho é o de defesa intransigente dos direitos humanos, onde está em constante luta para que direitos sejam efetivados. Isso tudo, em conjunto com os movimentos e conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A dimensão teórico-metodológico é fundamental para a construção de novas alternativas no exercício profissional. Para ser indagada sobre esta dimensão foram abordadas duas questões, uma sobre as obras de referência e outra sobre as legislações que embasam seu trabalho profissional.

Sobre as obras que embasam sua prática cotidiana, destacam-se: Paulo Freire (2019), em especial com o livro “Pedagogia do Oprimido”, o qual discursa sobre a

<sup>7</sup> Rede que articula e executa a Política Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, realizando ações de prevenção, mobilização e atendimento especializado para vítimas de violência e suas famílias. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/146>>. Acesso em 10 jun 2019.

educação como prática da liberdade em um processo desalienante, com a propositiva que os sujeitos se percebam no mundo; Pierre Bourdieu no livro *Escritos em Educação*, organizado por Nogueira e Catani (2007), que aborda sobre a escola como reprodutora da dominação e local de violência simbólica; e Christiane Sanderson (2005), com o livro “Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para a proteger crianças e adolescentes”, o qual traz estratégias práticas para o reconhecimento do abuso sexual e para a proteção de crianças.

A assistente social ressalta a falta de material teórico específico de Serviço Social na educação. Sobre as legislações, abordou as já citadas, ECA, Lei nº13.230/2002, Lei nº 13.431/2017, que também discorre sobre violência institucional, e Lei nº13.819/2019 que versa sobre a prevenção da automutilação e do suicídio. Para ela, foi através do conhecimento acumulado ao longo de sua vida profissional que seu trabalho na área da educação ganhou concretude. Para a interlocutora o significado deste trabalho é o direito das crianças, a proteção à infância como sendo de responsabilidade de toda a sociedade, “a criança tem direito a vida e elas estão morrendo, estão sendo assassinadas, tem crianças com 12 anos sendo mortas” (Assistente Social).

A visitas institucional no campo de pesquisa delimitado nos proporcionou um contato direto com o cotidiano profissional do assistente social e nos despertou para a reflexão de que é de fundamental importância a articulação do processo de formação profissional e do mercado de trabalho, onde é necessária uma formação profissional que qualifique o assistente social para as novas formas de enfrentamento da questão social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa revela direcionamentos indicativos importantes para o desenvolvimento do trabalho do Serviço Social na educação, pode-se destacar a articulação e trabalho multidisciplinar que facilita a intermediação de conteúdos e promove a educação em sua integralidade. O recurso da teoria social crítica permite que haja uma visão de totalidade da realidade. Os resultados indicam ainda a necessidade de investimento na área social e na forma com que o Estado trata os indivíduos (como meros objetos ou índices numéricos), sem ver a escola como um lugar de gente, um espaço de humanização. Ressalta-se a fragilidade da rede intersetorial e dos conjuntos das políticas sociais, em especial a necessidade de concursos públicos para assistentes sociais.

Como possibilidades de trabalho na escola, o Serviço Social pode desenvolver a aproximação e o desenvolvimento do trabalho com as famílias e com os territórios onde as

escolas estão inseridas. Outra possibilidade de trabalho é o desenvolvimento da autonomia das crianças e adolescentes e o incentivo para participação na vida social e escolar a partir do fortalecimento dos grêmios escolares. Com relação às atribuições do Serviço Social dentro das escolas é importante que elas não se confundam com os papéis dos profissionais que já estão na escola, o papel do professor é formar, não cabe a ele o trabalho de acompanhar os casos de violação identificados.

Outro ponto é o desafio da inserção do Serviço Social nas escolas, que se constitui uma luta da categoria profissional, mas que encontra na realidade objetiva do ajuste fiscal operado nas políticas sociais do atual Governo Federal via efetivação da Emenda Constitucional nº95 (do congelamento de gastos), um grande desafio, mas que não pode e nem deve ser abandonado como horizonte estratégico de luta da categoria dos assistentes sociais. Citando Gramsci, quando enfatiza que tudo está em constante disputa, esse espaço poderá vir a se constituir em significativo campo de atuação profissional, com ganhos reais para a população brasileira.

A partir deste trabalho foi possível identificar como as três dimensões da categoria se relacionam no trabalho do assistente social, e que seu fazer é reflexo desta construção que a profissão adquiriu em sua história. Ressalta-se a importância da presença deste profissional no âmbito escolar, para que a escola possa acolher, proteger e promover condições para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos sujeitos para que sejam protagonistas de mudanças na sociedade.

Por fim, podemos mencionar que a literatura mostra que uma das principais atividades do assistente social na educação é a intervenção/ mediação para a garantia de acesso e permanência na escola, o que está em conformidade com o projeto da profissão - quando a demanda que se apresenta é a da desigualdade social e negação dos direitos sociais. Com este trabalho, pudemos perceber que em tempos de banalização da vida, uma das principais funções da escola, além de ensinar, é constituir-se como um espaço de proteção de crianças e adolescentes contra a violência, assim ela precisa tornar-se um local seguro e de acolhimento para a preservação da vida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CCPHA. **Cada Vida Importa**. 2018.1. Disponível em: <[http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA\\_RELATORIO\\_2018-1\\_V02.pdf](http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2018-1_V02.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CEARÁ. **Lei nº 13.230, de 27 de junho de 2002.** Dispõe sobre a criação de comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente nas escolas de rede pública e privada do Estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em:

<<https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/3624-lei-n-13-230-de-27-06-2002-d-o-27-06-02>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS-CRESS, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Brasília: CEAD; ABEPSS; CFESS, 1999. (Módulo 1).

NOGUEIRA, M.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos em Educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REDE Aquarela. **Catálogo de Serviços.** Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/146>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais.** Tradução de Frank de Oliveira. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

SILVA, L. OLIVEIRA, L. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. **Rev. FSA**, Teresina, v. 14, n. 3, mai./jun. 2017. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342/1249>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

VISÃO Mundial. Disponível em: <<https://visaomundial.org/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.